

A numismática na antiguidade como elemento desenvolvedor da consciência histórica
The numismatics on antiquity as a developing element of historical consciousness
La numismática en la antigüedad como elemento en desarrollo de la conciencia histórica

Recebido: 02/12/2019 | Revisado: 05/12/2019 | Aceito: 12/12/2019 | Publicado: 20/12/2019

Lincoln Mansur Coelho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2709-6412>

Universidade Federal Fluminense, Brasil

E-mail: lincolnmansurcoelho@gmail.com

Adílio Jorge Marques

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9341-5357>

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

E-mail: adiliojm@yahoo.com.br

Resumo

Ao estudarmos as teorias do desenvolvimento da consciência histórica, verificamos que tal conceito é observável em todo percurso da história da humanidade, e não simplesmente fruto do pensamento moderno. A consciência histórica é a capacidade do indivíduo se ver como um agente da história, influenciado por ela e influenciador da mesma, consciente dos processos históricos, ou seja, de que os elementos do passado influenciam na complexidade atual de nossa sociedade. A partir dos conceitos de Consciência Histórica, o trabalho objetivou analisar não só o seu desenvolvimento entre os povos da antiguidade, em especial de Roma Antiga, mas também no desenvolvimento desta consciência na atualidade. A metodologia utilizada foi uma análise a partir dos trabalhos de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Philippe Ariès (1914-1984), Jörn Rüsen (1938-) e Agnes Heller (1929-2019). Observamos como a numismática serviu de aporte para o desenvolvimento de tal consciência na antiguidade e bem como, seu estudo auxilia a disciplina história alcançar os objetivos estabelecidos pelas políticas públicas de Educação, formando jovens conscientes, com senso crítico e capacidade analítica.

Palavras-chave: Moedas; Fenomenologia; Antiguidade Romana.

Abstract

In studying the theories of historical consciousness development, it can be verified that this concept can be found along the course of human history, being more than only fruit of modern

thought. Historical consciousness is the ability of someone to see himself as an agent of history, influenced by it as well as someone who can influence it, being aware of historical processes - this means that the elements of the past influence the current complexity of our society. From the theories of historical consciousness, this paper aimed to analyze not only its development among the peoples of antiquity, especially in ancient Rome, but also in the development of this consciousness today. The methodology used was an analysis based on the works of Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Philippe Ariès (1914-1984), Jörn Rüsen (1938-) and Agnes Heller (1929-2019). We observe how numismatics served as a contribution to the development of such consciousness in antiquity and, as well, its study helps the history discipline achieve the objectives established by public education policies, forming conscious young people with critical sense and analytical capacity.

Keywords: Coins; Phenomenology; Roman Antiquity.

Resumen

Al estudiar las teorías del desarrollo de la conciencia histórica, encontramos que dicho concepto es observable a lo largo de la historia de la humanidad, y no simplemente el fruto del pensamiento moderno. La conciencia histórica es la capacidad del individuo de verse a sí mismo como un agente de la historia, influenciado por él y su influenciador, consciente de los procesos históricos, es decir, que los elementos del pasado influyen en la complejidad actual de nuestra sociedad. A partir de los conceptos de Conciencia Histórica, el trabajo tuvo como objetivo analizar no solo su desarrollo entre los pueblos de la antigüedad, especialmente de la Antigua Roma, sino también en el desarrollo de esta conciencia hoy. La metodología utilizada fue un análisis basado en los trabajos de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Philippe Ariès (1914-1984), Jörn Rüsen (1938-) y Agnes Heller (1929-2019). Observamos cómo la numismática contribuyó al desarrollo de tal conciencia en la antigüedad y, además, su estudio ayuda a la disciplina de la historia a alcanzar los objetivos establecidos por las políticas de educación pública, formando jóvenes conscientes con sentido crítico y capacidad analítica.

Palabras clave: Monedas; Fenomenología; Antigüedad romana.

1. Introdução

O presente trabalho surgiu de certas indagações sobre o papel da História hoje na educação básica, e até que ponto estamos alcançando os seus objetivos. A partir da análise dos conceitos de Consciência histórica, desenvolvidos por Hans-Georg Gadamer (1900-2002),

Philippe Ariès (1914-1984), Jörn Rüsen (1938-) e Agnes Heller (1929-2019), relacionando com os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (MEC, 2000), seja na esfera do Ensino Fundamental ou Médio, observamos que busca-se a criação de uma consciência histórica dos alunos, com o objetivo de criar uma identidade coletiva, como podemos observar na fala de Cerri (2007, p.102):

Produzir a identidade coletiva, e dentro dela uma consciência histórica específica e com ela sintonizada é um dado essencial a qualquer grupo humano que pretende sua continuidade. Decorre disso que, considerando essa necessidade como universal, as formas de produzir essa liga sejam diferentes e adaptadas às condições do grupo que tenhamos em tela. Assim, se para a comunidade primitiva a sua perpetuação estava pautada principalmente na narrativa do mito fundador e na memória de seus bravos, transmitida pela tradição oral, mas também numa observação e marcação do tempo por gestos e rituais coletivos, para as sociedades mais complexas essa tarefa passa a ser exercida por instituições socialmente organizadas para esse fim. Ligadas à tarefa de cimentar a identidade – além de seus fins específicos – é que são estabelecidas as escolas primárias, igrejas, bibliotecas, museus, universidades, institutos... Mais complexos são os pré-requisitos para herdar a consciência: além de ouvir e dizer, torna-se necessário saber ler e escrever, interpretar uma variada iconografia, memorizar uma plêiade de referenciais, aprender e ensinar várias sequências de gestos rituais, e assim por diante. Mas um outro efeito dos processos que tornam os grupos de pertencimento mais extensos e mais complexos é a crise de sua homogeneidade: os Estados – nação, por exemplo, geralmente surgem a partir da incorporação (consensual ou pela força) de grupos diferentes. Com isso, o trabalho de contínua formação para uma identidade histórica geralmente se estabelece em torno da educação para generalizar a consciência histórica dominante (seja ela resultado de uma síntese harmônica entre os grupos, seja resultado de um projeto de dominação mais ou menos explícito ou consciente) e de tentativas de sobrevivência de outras articulações de respostas às perguntas identitárias. De modo que a articulação dos elementos da consciência histórica torna-se arma no campo de batalha de definição dos rumos da coletividade.

A aquisição dessa consciência histórica é o objetivo da história. De acordo com Souza e Pires (2010, p. 3), em seu artigo que analisa a evolução do ensino de história e suas novas perspectivas: “A história passou a ter a função de formar cidadãos críticos e atuantes em seu meio social”, bem como “preparar o aluno para conhecer e atuar nos processos de construção de cidadania e democracia no país”.

Mas estaríamos alcançando esse objetivo? O próprio Cerri (2007, p. 97), ao analisar a ideia de Gadamer sobre consciência histórica, define como um “estado de miserável inconsciência da história, sendo ignorantes da historicidade do presente e submetidos ao dogma das opiniões culturalmente consideradas como corretas”. Ainda afirma que “essa parte da humanidade está alijada das ‘subversões espirituais da nossa época’ e amarrada à tradição, sem a possibilidade de uma postura reflexiva sobre o que ela transmite”. Não vemos vários grupos atualmente defendendo posturas absurdas, contra os direitos humanos, a favor de penas de

morte, ou ainda contra minorias étnicas, ou em favor do retorno da ditadura militar no Brasil? Não estaria aí um indicativo da ausência dessa consciência histórica, em uma boa parte da população? Ao estabelecer a relação entre consciência histórica e moral, o ensino de História estaria falhando em desenvolvê-la. Seria por isso que passamos por uma crise extrema de valores? Ou simplesmente essa crise de valores é fruto de uma base fraca, no qual teríamos somente desenvolvido o tipo mais básico de consciência, pertencente a uma identidade nacional de brasileiros, que tem inclusive como valor do senso comum enaltecer o “jeitinho brasileiro”, a “malandragem”? Se faz urgente alterar essa tônica, buscando o desenvolvimento de outros tipos mais avançados de consciência histórica, nos quais nossos alunos e futuros cidadãos teriam condições de analisar melhor seu lugar na história e de determinar as bases para mudar nossa sociedade. Talvez por isso que o país que mais se debruçou e desenvolveu essa teoria, tenha sido a Alemanha pós-Segunda Guerra, que queria afastar a influência totalitária nazista do pensamento do povo alemão.

Uma boa parte da falta dessa consciência histórica é a falta de relação entre a história pessoal do aluno e a história ensinada nas escolas. Faz-se necessário estabelecer ligações entre o que se ensina e a vivência do aluno, desenvolvendo não só a noção de como o passado influenciou na construção de nosso presente, mas também de que somos agentes históricos construtores do futuro.

Alves e Alegro (2008) fazem um paralelo entre o desenvolvimento moral de Piaget, com o desenvolvimento da consciência histórica de Rüsen, estabelecendo uma leitura da indisciplina escolar por essa ótica. Inicialmente, as autoras fazem uma interpretação do conceito de indisciplina. Neste ponto, é interessante destacar a percepção desta, como sendo fruto das “fracas noções de autoridade estabelecidas entre pais e filhos”, que se refletem no ambiente escolar. De acordo com as autoras citadas, lemos na pág. 4:

Segundo La Taille (1996), a indisciplina pode vincular-se também, ao fato dos alunos não erigirem valores que possam ser desfeitos pelo olhar reprovador do professor. Vítimas de uma cultura que prioriza o desejo, o individualismo e a vida privada, os alunos interessam-se por satisfazer seus próprios desejos e lhes interessam ser admirados por seus pares e não por seus professores, o que resulta no desprezo ao papel do professor e da escola.

Como dito, várias são as causas da indisciplina escolar bem como, várias são suas expressões. Sua atualidade é pressuposta por vários estudiosos como, por exemplo, Aquino (1996, p.7), que afirma ser a indisciplina “um dos maiores obstáculos pedagógicos dos dias atuais”.

Na sequência, as autoras analisam o pensamento de Piaget sobre o desenvolvimento moral e o respeito: Este seria fruto das relações sociais. Primeiro, a criança desenvolveria o respeito unilateral, fruto de uma primeira relação autoritária com os pais. Depois, com a

convivência, a criança desenvolveria a capacidade de se colocar no lugar do outro, a empatia, desenvolveria o respeito cooperativo. Um dos problemas da indisciplina escolar é que a escola, muitas vezes, quer impor o respeito de forma autoritária, coercitiva, o que a criança veria como algo exterior a si mesma, logo não promovendo a socialização, isolando-se em um mundo fantasioso e não obedecendo. O ideal é a busca por uma relação professor X aluno pautada no respeito mútuo, promovendo o diálogo, o que garantiria o desenvolvimento de uma moral cooperativa, surgindo, assim, a obediência pela admiração. Claro que este problema não se restringe somente na relação escolar, mas sim falta uma base de respeito advinda de casa, das relações com os pais. Sem essa base, o trabalho escolar fica comprometido. O desenvolvimento de uma consciência histórica serviria também como base para a construção de uma moralidade pautada para a prática diária. Assim, enquanto fenômeno da consciência, todo aprendizado serve de base para essa moralidade, não se restringindo à acumulação de conhecimentos, pois ao aprender, os alunos poderiam desenvolver categorias mais complexas de consciência histórica, o que pautaria na formação de um indivíduo mais capaz para a vivência em sociedade.

O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da consciência Histórica, a partir dos trabalhos de Hans-Georg Gadamer (1900 – 2002), Philippe Ariès (1914-1984) e principalmente de Jörn Rüsen (1938-) e Agnes Heller (1929-2019) para demonstrar que o desenvolvimento dessa consciência histórica, no âmbito da antiguidade, em especial na História de Roma, se deu através da iconografia utilizada nas moedas. Além disso, a discussão amplia-se para o âmbito da atualidade, buscando fazer uma análise de até que ponto esse mesmo desenvolvimento consciencial se dá na atualidade: refletindo sobre o ambiente escolar, bem como do quanto o estudo sobre a numismática pode auxiliar à disciplina História em alcançar seus objetivos.

2. Metodologia

Partimos da obra de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), que afirma que a tomada de consciência histórica é a mais importante revolução pela qual passamos: “Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda opinião”. Segundo Philippe Ariès (1914-1984), a tomada da consciência histórica como um fato relativamente novo, reiterando a ideia de Gadamer, é fruto do “processo de modernização de todos os âmbitos da vida humana”. Luis Fernando Cerri (2007), por exemplo, passa a se apoiar na obra de Jörn Rüsen (1938-) e Agnes Heller (1929-2019) para demonstrar a evolução do conceito de consciência histórica.

Rüsen e Heller defendem a ideia de que a consciência histórica é inerente a todos os seres humanos, independente de um recorte histórico. O advento da consciência histórica, para esses autores, se daria em etapas. Rüsen tem uma abordagem mais prática, sendo uma forma de guia moral para as ações humanas. Em linhas gerais, a consciência histórica é a capacidade do indivíduo se ver como um agente da história, influenciado por ela e influenciador dela, consciente dos processos históricos, ou seja, de que elementos do passado influenciam na complexidade atual de nossa sociedade. Schmidt e Garcia (2005, p.301) usam a definição de Jörn Rüsen:

Assim, segundo Rüsen (1992; 2001), a consciência histórica relaciona “ser” (identidade) e “dever” (ação) em uma narrativa significativa que toma os acontecimentos do passado com o objetivo de dar identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo uma expectativa futura a essa atividade atual. Portanto, a consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica.

Ainda segundo Rüsen (2010) distingue-se quatro tipos de consciência histórica: Tradicional, Exemplar, Crítica e Genética. A do tipo Tradicional, que podemos distinguir como definidora do pertencimento dos indivíduos a um grupo social, determina valores sociais, identidade, valores históricos, dentre outros. É aquela que nos provê de tradições, lembrando-nos de nossa origem e nos fazendo repetir as nossas obrigações. Forma o conjunto de valores que nos são passadas por meio das tradições. O tipo Exemplar toma forma de regras atemporais, regras gerais de mudança temporal e a conduta humana. Esta é efetivada pela generalização de valores, através da regularidade de situações particulares se relaciona com o passado e com o futuro. É legitimada por generalização. O tipo Crítico relativiza culturalmente os valores, busca romper com práticas históricas que hoje seriam moralmente inaceitáveis. Nesse caso, ela é formada por desvios problematizadores dos modelos culturais e de vidas atuais. É a capacidade de romper com práticas sociais, criticando valores estabelecidos, negando sua validade. E, por fim, o tipo Genético, que busca observar a dinâmica histórica, em termos de mudanças de ordem como uma forma de manter seu próprio desenvolvimento. Aqui, o indivíduo busca transformar modelos culturais alheios em outros próprios e aceitáveis. É o nível da adaptação de valores, equilibrando papéis. “Esta forma de pensamento histórico vê a vida social em toda a abundante complexidade de sua temporalidade absoluta”. (RÜSEN, 2010, p.19). Rüsen (2010), com tal tipologia, determina uma sequência, na qual a anterior é condição essencial para o desenvolvimento da próxima, à medida que aumenta a complexidade do pensamento e das formas de significação histórica. Ele ainda afirma, que as formas tradicionais são as mais fáceis

de serem aprendidas e que as do tipo Exemplar.

Em outro trabalho, Rösen (2001, p. 56), relaciona a consciência Histórica com a fenomenologia de Edmund Husserl:

A consciência histórica será analisada como *fenômeno do mundo vital*, ou seja, como uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.

Em outras palavras, Rösen quer dizer que as ações humanas buscam referências, além do que seu eu e do que seu mundo representam naquele momento. O agir, pressupõe uma transcendência de seus conhecimentos de tempo e espaço, buscando referenciais no passado para pautar suas ações no presente.

As teorias da consciência histórica têm por base a teoria fenomenológica. Sem aprofundarmos muito nesta discussão, pois não é o escopo desta pesquisa, podemos observar, principalmente, a influência de Edmund Husserl (1859-1938) na obra de Rösen, especialmente em *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie: Eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie*¹, enquanto análise da consciência histórica como um fenômeno do mundo vital. Tal teoria fenomenológica busca estudar a essência das coisas e analisar como se dá a formação do conhecimento. Dessa forma, Husserl afirma que o objeto mais importante da análise fenomenológica é a “consciência e a intencionalidade em suas manifestações no mundo” (ALVES, 2013, p.112). O conceito de Fenomenologia implica em um estudo que não leva em conta apenas o mundo objetivo, mas também como o sujeito representa o objeto, algo que faz da História a forma de representar a historicidade intrínseca dos homens.

A fenomenologia surge no dilema da modernidade, ao considerar somente as Ciências Naturais como capazes de chegarem ao conhecimento, via o método científico e a razão. A fenomenologia busca não somente alcançar o conhecimento, mas também transcendê-lo, utilizando para isso uma análise de meditações cartesianas, especificamente em Husserl. Este acusou Kant de ter fracassado no projeto de uma fenomenologia, porque sua filosofia seria muito fisicalista, o que tornou impossível abordar a ideia do fenômeno sem que esta não estivesse reduzida aos aspectos sensíveis. Para esse autor, a consciência é a condição de possibilidade de toda construção de conhecimento. Somente através dela que se poderia

¹ A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica.

alcançar a essência do conhecimento (MARQUES, SENRA & VAICBERG, 2009, p.39). Dessa forma, as análises fenomenológicas se concentram em captar as estruturas fundamentais da consciência, levando em conta sua intencionalidade. A partir disso, é fácil relacionar a teoria da consciência histórica de Rüsen (2010, p.6), onde este afirma:

A consciência histórica serve como um elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do “curso do tempo” que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. Essa concepção funciona como um elemento nas intenções que guiam a atividade humana, “nosso curso de ação”. A consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são, do mesmo modo, reveladas.

Observamos que Rüsen se concentra não apenas na formação da consciência, mas também em sua intencionalidade, servindo de aporte para guiar as ações humanas. Dessa forma, a consciência histórica se reveste de um elemento bem pragmático, sendo um guia moral para as ações humanas. À luz dessas teorias, buscou-se analisar a numismática romana como forma de desenvolver essa consciência histórica em uma população que majoritariamente não sabia ler, bem como englobava uma população variada, de diferentes origens e diferentes povos. A iconografia nas moedas se torna um importante elemento para criar uma identidade coesa nesta população tão diversa.

3. A numismática romana como elemento de desenvolvimento da consciência histórica

As moedas são ricas em símbolos e significados: uma moeda pode apresentar muito mais sobre um povo do que somente o que há estampado nela. Ao analisar a iconografia numismática, podemos verificar a conjuntura histórica de seu povo, seus anseios futuros, etc. Um exemplo disso é que, na Alemanha nazista, não há nenhuma moeda com a efígie de Hitler. Ele esperava a dominação mundial para estampá-la. A moeda é algo que acompanha o homem há, pelo menos, três milênios. A iconografia utilizada é bem variada: há moedas em variados formatos, há registros de importantes eventos históricos, astronômicos, mitológicos; enfim, tudo que é considerado como importante para determinada civilização, era cunhado em suas moedas.

Figura 1: Moeda Lídia 608 a.C.



Fonte: Internet (<http://www.romancoins.info/Lydia600BCELTrite.jpg>)

De acordo com Carlan e Funari (2012, p.17), o termo Numismática é derivado de uma antiga palavra latina *nummus*, que significa “moeda”. Enquanto objeto de estudo, seu interesse moderno inicia-se com o estudo sistemático de sistemas monetários antigos, com a publicação de um trabalho, em 1514, de um humanista francês, Guillaume Budé. A consolidação desse campo de estudos só se dará no século XVIII e XIX. As primeiras moedas (figura 1), cunhadas como conhecemos hoje, foram cunhadas na Lídia, por volta de 600 a.C.. Eram esferas de ouro e prata com uma imagem cunhada em sua face, garantindo seu peso. As relações comerciais desse período e anterior a ele, eram feitas com metais preciosos, sendo necessário, em cada relação comercial, pesar os metais na hora. Com a chancela do Estado garantindo o seu peso, houve uma maior fluidez nas relações comerciais, pois a pesagem tornou-se desnecessária. Havia agora o Estado, garantindo o peso, e, conseqüentemente, o valor da moeda.

O uso de metais para transações comerciais é anterior à cunhagem da moeda em si, iniciando por volta do quarto milênio antes de Cristo. Logo se tornou uma forma de padronização de valores, o que facilitou as trocas comerciais do período. Já não era mais necessário a troca imediata de produtos. Alimentos podem perecer, metais não. Os metais se tornaram um meio fácil de conservar e transferir riquezas. Com a cunhagem, o Estado passou a vincular seus símbolos nos metais. Esses símbolos podem servir de importante fonte de estudos. Para Ribeiro (2013, p. 3):

(...) a construção do currículo não pode se limitar a um enfoque meramente disciplinar, pois, estudar o passado significa fazer referência às múltiplas experiências dos seres humanos no tempo, que são, antes de tudo, permeadas por um conjunto de conhecimentos e aspectos que não podem ser reduzidos a um recorte disciplinar. Estudar a experiência humana não pode se limitar à história político-administrativa, das guerras ou da economia. É preciso considerar o pensamento simbólico tão caro à antropologia, assim como o significado das festas, dos rituais e de suas produções artísticas. É preciso também refletir sobre os aspectos mais variados da vida cotidiana, que nos permitem identificar semelhanças e diferenças, o que permanece e o que se transforma. É importante ter em conta a produção literária e filosófica, que nos permite mergulhar nas formas de pensamento de uma época.

Dessa forma, o uso da numismática se mostra uma importante e rica fonte de informações sobre determinado povo, não se limitando a aspectos políticos-econômico-administrativos. Em se tratando da História Antiga, por exemplo, os povos estampavam em suas moedas, não só as efigies de reis, imperadores ou figuras destacadas da sociedade, mas também deuses, símbolos religiosos, figuras mitológicas, animais, enfim, tudo o que era importante para tal sociedade. A investigação dos motivos dos usos de tais símbolos já seria por si só uma importante prática didática que, com certeza, enriqueceria muito o ensino de História, Filosofia, dentre outros. Expandir esse estudo para as relações dos povos com seu dinheiro, em determinado tempo histórico, por exemplo, usar uma moeda da cidade de Siracusa, do período das guerras púnicas, quando da morte de Arquimedes, pode ser um interessante instrumento de ciências desenvolvidas por esse importante matemático e inventor. Carlan (2010, p.24) afirma que a moeda é uma importante fonte de informações para diversas áreas:

Ligou-se tradicionalmente ao estudo da História, sobretudo à História Política, ajudando a estabelecer a cronologia de reinados e a datar fatos importantes da política; à Economia, informando sobre o valor das moedas dentro dos diferentes sistemas monetários, sobre desvalorizações e período de crise, sobre os comportamentos em relação à moeda, permitindo examinar, no passado, a aplicação das leis econômicas; à Arqueologia, contribuindo para auxiliar a datação de estratos e sítios arqueológicos; e à História da Arte, permitindo, através de seus tipos, uma análise da evolução dos estilos e o reconhecimento de obras desaparecidas ou conhecidas somente por meio de textos literários.

Sabemos das limitações de qualquer fonte historiográfica, até mesmo que a seleção do enfoque a ser trabalhado, tem a marca da tendência de quem está escolhendo, bem como qualquer produção historiográfica tem a marca de quem a escreveu. Conforme Hobsbawn (1998, p.71), “todo estudo histórico, portanto, implica uma seleção, uma seleção minúscula, de algumas coisas da infinidade de atividades humanas do passado, e daquilo que afetou essas atividades. Mas não há um critério geral para essa seleção” Porém, ao tentar decifrar as imagens de tal moeda ou as relações dela com seu povo e sua história, o aluno, além de imergir na história estudada, aproximando-se da disciplina aprendida, começa a ter consciência de conexões em diversas coisas, ou seja, espera-se que ele leve o olhar crítico da análise de tal fonte histórica para sua realidade, problematizando-a e a decifrando em suas minúcias, contribuindo assim para a formação de um cidadão mais crítico e consciente de sua realidade, desenvolvendo, assim sua consciência Histórica.

A dificuldade de estudo, as poucas publicações no Brasil e as potencialidades de estudo são ressaltadas por Carlan e Funari (2012, P.29),

Tanto o estudo, quanto a publicação sobre numismática, são pouco comuns no meio acadêmico e no mercado editorial brasileiro. O uso de material

numismático, como documentação básica para uma pesquisa na área de História, é raríssimo, principalmente aqui no Brasil, onde uma parcela de historiadores opta por trabalhar com fontes escritas, de preferência aquelas que estejam já impressas em papel e guardadas em arquivos e bibliotecas. As moedas, entretanto, podem fornecer dados históricos importantes, como documentos, cujas informações são apresentadas, em sua maior parte, na forma de imagens. Pode realizar-se, assim, uma análise dos aspectos políticos e ideológicos iluminados pelas moedas tomadas como documentos, mediante a aplicação de uma série de métodos para identificação e decodificação das imagens contidas nos tesouros numismáticos, brasileiros ou não.

Temos no Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro, o maior acervo numismático da América latina, contando com moedas de vários períodos históricos, bem como medalhas, papel-moeda, dentre outros. Carlan (2010, P.25) nos informa que o acervo conta com mais de 120 mil peças numismáticas.

A moeda, nas sociedades antigas, era um importante instrumento de legitimação do governo e do poder. Um exemplo é o dracma de Alexandre o Grande (figura 2), que trazia a imagem da face de Alexandre, encarnando o próprio Hércules, vestido com a pele do leão de Nemeia. Nela, Alexandre demonstrava sua força e seus feitos, sendo comparável somente ao semideus Hércules. No reverso, temos a imagem de Zeus, sentado, com uma águia nas mãos. Essa forma de cunhagem foi copiada pelos generais de Alexandre, após sua morte, como forma de legitimação de seus domínios. Alexandre foi um dos primeiros a cunhar sua imagem em moedas, como nos demonstra Carlan e Funari (2012, p.70). Seus contemporâneos acreditam que ele era filho do próprio Zeus, portanto, o caráter divino que a moeda carregava antes dele, permaneceu mesmo com sua face estampada. Esse uso legitimador de poder é visto até hoje em nossas moedas, carregadas de símbolos históricos, que visam estabelecer relações da história do país com a política. Um exemplo são nossas moedas de Real, estabelecendo a ordem cronológica com os valores de face das moedas: um centavo representa Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil; cinco centavos Tiradentes e a Inconfidência Mineira; dez centavos Dom Pedro e a Independência; vinte e cinco centavos Deodoro e a instituição da República; cinquenta centavos com Barão do Rio Branco e a aquisição do Acre, completando as fronteiras nacionais; e, finalmente a de um Real, com a efígie da República. Tanto no caso de Alexandre, o Grande, quanto das moedas utilizadas no Brasil, essa iconografia utilizada são formas de tentativa de desenvolvimento de uma consciência histórica, no mínimo do tipo Tradicional, segundo a tipologia de Rüsen.

Figura 2: *Dracma Alexandre, o Grande*



Fonte: *Acervo particular do Autor.*

Uma moeda, na história antiga, quando a maioria absoluta da população não sabia ler, servia como forma de comunicação. Carlan e Funari (2012, p. 65-66) afirmam:

Essas pequenas peças de metal eram os únicos objetos que chegavam de uma maneira uniforme ao público. Por meio da imagem, a mensagem política de um governo era transmitida aos seus governados, analfabetos em sua maioria. Não podemos subestimar o fato que, até o século XX, a maioria das pessoas era analfabeta e que as imagens, em geral, e nas moedas, em particular, constituam um elemento central de identificação. Já nas sociedades letradas ocidentais da nossa época, nem sempre se pode ligar a moeda a um meio de comunicação entre povos distantes. Ao possuidor de uma determinada espécie monetária estranha, ela parecia importante pelo metal nobre – ouro, prata ou bronze – em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda.

O primeiro elemento, o metal usado, informava-o sobre a riqueza de um povo. Os outros dois elementos – tipo e legenda – diziam-lhes algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo. Atuavam como um meio de propaganda, onde as representações, em seus aversos e reversos, legitimavam seu poder. É dentro deste último aspecto que pretendemos explorar a fonte numismática.

Os elementos visuais da moeda, em um contexto da História antiga, mais especificamente de Roma, era a forma que os governantes tinham para passar uma determinada mensagem. Porém, nem sempre ficava ao encargo dos governantes cunhá-las. Durante o período Republicano, as moedas eram, muitas vezes, cunhadas por famílias patrícias romanas, mas nem por isso, deixavam de servir como meio de informação. Como foi o caso de Brutus, que a história immortalizou como sendo o assassino de César. Brutus era de uma família patrícia que participou em momentos decisivos da história romana, desde sua fundação. Seu antepassado teria sido responsável pela destituição do trono de Tarquínio, o Soberbo, o último rei de Roma, e pela retirada do poder de Servilius Ahala, um tirano que governou Roma no séc. V antes de Cristo. No período anterior à morte de Julius Caesar, Brutus teria cunhado uma série de moedas que evocariam o caráter libertador da sua família, celebrando esses dois momentos

da história de Roma. Posterior ao assassinato, ele teria cunhado moedas com o punhal estampado nelas (figura 3). Dessa forma, ele se mostrava como sendo libertador de Roma, como sendo o legítimo sucessor do poder e defensor do senado. Porém, a história não o registrou assim. Ele acabou se suicidando com o próprio punhal que utilizou no assassinato de César.

Figura 3: *Moeda Brutus*



Fonte: *Internet* (http://www.coinsweekly.com/images/602_8bc5e965.jpg)

Se analisarmos a iconografia das moedas imperiais romanas, podemos verificar que os principais elementos retratados, ou tem relação com a religião – elemento agregador de identidade do povo romano – ou com elementos legitimadores do poder, como nos coloca Carlan (2010, p. 32):

Através das imagens contidas no seu reverso (coroa) vemos todo o desenvolvimento de uma sociedade. Uma conquista militar (cavaleiro derrotando um inimigo, nas cunhagens de Constâncio II ou Maximiano, a cavalo, desembarcando na Bretanha), a religião imposta por um soberano ou uma elite (Gênio, divindade tutelar de Diocleciano; a Vitória, deusa alada presente em todo o século IV; cristograma, PX, iniciais da para Cristo em grego, presentes nas moedas dos imperadores cristãos), a importância de uma determinada legião (dois legionários montando guarda entre o estandarte da legião, capturando determinado inimigo), casamento, associação ao trono, unificação (medalhas de prata de Constantino com seus herdeiros, moedas de ouro do casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela, 1476), cidades portuárias representadas com seus navios, fortificações entre outras.

Observando esses elementos iconográficos e levando em consideração a questão da consciência histórica, conforme o pensamento de Rüsen, podemos chegar à conclusão de que as moedas romanas procuravam criar uma consciência histórica no povo romano, à medida que servia de elemento, não só legitimador do poder, mas também da religião adotada, como afirmam Carlan e Funari (2012, p.68-69):

As representações de cavalos, cavaleiros, carros de combates, são atributos de autoridade e poder. A figura do cavaleiro exercia fascínio no imaginário das culturas mediterrâneas. O cavaleiro armado, submetendo o inimigo caído, caracterizava um símbolo natural de vitória e constitui um esquema iconográfico, bem conhecido nas culturas helênicas, ou que estavam em contato com essa. Podem ser estabelecidos alguns exemplos, nos relevos

funerários e, em particular, nas moedas, perpassando tempo e espaços distintos(...)

(...)Os dois exemplos citados explicam a função da moeda como elemento de propaganda política, composta por uma série de características simbólicas. Enquanto o Arco de Triunfo é fixo em um determinado local, a moeda vai circular por todo vasto mundo romano, levando consigo toda uma carga imagética identificada pelo usuário. Ou seja, uma mensagem, emissor / receptor que podia alcançar, com a moeda, uma abrangência muito maior do que qualquer monumento, por mais imponente que fosse. Com isso, poderemos responder uma série de questões sobre o papel da numismática e sua função, tanto na Antiguidade, quanto na nossa sociedade.

Assim, se pegarmos os níveis de consciência histórica, podemos concluir que as moedas visam estabelecer uma consciência histórica do tipo tradicional, para estabelecer uma unidade do povo romano, pertencente ao império. Além disso, serviam como uma referência para os súditos saberem exatamente como e quem era seu governante, por isso os imperadores eram retratados da forma mais fiel possível, constando inclusive seus defeitos.

Figura 4: Moeda Constantinopla



Fonte: *Internet*

(http://www.forumancientcoins.com/gallery/albums/userpics/36484/normal_Roman_Imperial_RIC543.jpg)

Uma outra forma de observarmos essa função de formador de uma consciência histórica no Império Romano, seriam as moedas-medalhas cunhadas por Constantino, em celebração da fundação da nova capital do Império Romano, a cidade de Constantinopla (Figura 4). Nesse período, ele cunhou uma série de moedas em homenagem à cidade de Roma (figura 5), personificada na forma de deusa, no anverso, com a inscrição URBS² em sua legenda e, no reverso, com a imagem de Rômulo e Remo, sendo amamentados pela loba. Em outra moeda, temos a personificação da cidade de Constantinopla de um lado, com seu elmo, e portando o cetro. No reverso, vemos sua personificação de corpo inteiro, portando escudo e cetro, procurando demonstrar iconograficamente a passagem do cetro de poder de Roma para

² Urbs é a área urbana latina por excelência, com seus prédios e edifícios. Escrito em caracteres maiúsculos, URBS significa a “cidade das cidades”, ou seja, Roma.

Constantinopla. Roma continuaria sendo a cidade romana por excelência, que deveria ser copiada na fundação de novas cidades. Carlan e Funari (2012, p. 36) ainda nos chamam a atenção ao afirmarem que os elementos constituintes das moedas romanas, como “legenda, as inscrições em latim, a cruz representando a Igreja e a designação da concórdia, comum nas cunhagens romanas dos séculos IV e V”, serão reproduzidos pelos visigodos e outros reinos bárbaros, até os estados europeus modernos do século XV e XVI.

Figura 5: *URBS Roma*



Fonte: *Internet*

(http://www.forumancientcoins.com/gallery/albums/userpics/36484/normal_Roman_Imperial_RIC240.jpg)

4. Conclusão

Em uma época na qual a grande maioria da população não sabia ler, era importante criar algo que servisse, ao mesmo tempo, de elemento legitimador do poder vigente, quanto criasse um sentimento de unidade em um povo tão diverso quanto o de Roma. Com uma política de constante expansão e assimilação de novos povos, criar uma consciência histórica legitimadora em um povo era importante forma de coerção social, evitando revoltas e conflitos.

Alexandre, o Grande, parece inaugurar uma nova fase da numismática, ao estampar seu rosto, ele rompe com a prática de então somente estampar elementos naturais e religiosos na moeda. Essa prática foi adotada pelos governos posteriores. Porém é em Roma que vemos um aumento significativo desse uso, em especial no Império: no alto Império, era preciso legitimar a nova forma de governo que substituiu a República, no baixo Império, serve de elemento legitimador do próprio Imperador, em um período conturbado de disputas pelo trono.

A moeda faz parte de nosso dia a dia, não só nas atuais configurações de sociedade capitalista, mas ao longo de toda a História. Talvez somente na alta idade Média, em alguns países da Europa ocidental, ela tenha perdido sua força. Mesmo assim, ela até hoje serve ao propósito primeiro do comércio e a outro oculto, de criar, indiretamente, através de sua

iconografia, um sentimento nacionalista, uma forma de Consciência Histórica de um povo, ilustrando elementos da História que nos identificam como partícipes de uma mesma nacionalidade.

O Brasil detém um rico acervo numismático, o que permite novos estudos acerca do tema, ampliando-se as discussões e permitindo novos debates. Infelizmente ainda são poucos os estudos e os autores que se debruçam sobre tal temática.

Referências

Alves, L. C. R. (2013). A Consciência Na Fenomenologia Husserliana. *Theoria – Revista Eletrônica De Filosofia (Pouso Alegre)*, V. V, P. 112-124.

Alves, S. I.; Alegro, R. C. (2008). Desenvolvimento Moral E Consciência Histórica: Uma Leitura Sobre A (In) Disciplina Escolar. In: *Iii Congresso Ibero-Americano Sobre Violências Nas Escolas - Ciave; Viii Congresso Nacional De Educação - Educere*, 2008, Curitiba. Anais Do Iii Congresso Ibero-Americano Sobre Violências Nas Escolas; Anais Do Viii Congresso Nacional De Educação - Educere. Curitiba: Champagnat, P. 01-13.

Brasil. Ministério Da Educação (1998). Secretaria De Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História / Secretaria De Educação Fundamental*. Brasília: Mec / Sef.

Brasil. Ministério Da Educação (2000). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Mec/Sef.

Bloch, R. (1966). *As Origens De Roma*. Lisboa, Editorial Verbo.

Carlan, C. U. (2004). História/Documento: Numismática, Arqueologia E Cultura Material. In: *V Encontro Nacional – Perspectivas Do Ensino De História*, Uerj. Rio De Janeiro.

Carlan, C. U. (2009). Para Uma Renovação Teórico-Metodológica Da História: Antigas Propostas Para Uma Nova História. *História Ciência Saúde-Manguinhos*, Rio De Janeiro, V.16, N.3, P.823-826, Set.

Carlan, C. U. (2010). Arqueologia E Numismática: A História Antiga E A Cultura Material.

Agenda Social (Uenf), V. 4, P. 22-36.

Carlan, C. U.; Funari, P. P. A. (2012). *Moedas: A Numismática E O Estudo Da História*. 1ª Ed. São Paulo, Annablume (Coleção História E Arqueologia Em Movimento).

Cerri, L. F. (2007). Os Conceitos De Consciência Histórica E Os Desafios Da Didática Da História. *Revista De História Regional*, V. 6, N. 2.

Green, P. (2014). *Alexandre, O Grande, E O Período Helenístico*. Rio De Janeiro: Objetiva.

Grimal, P. (2003). *As Cidades Romanas*. Lisboa, Edições 70.

Grimal, P. (2011). *História De Roma*. São Paulo, Editora Unesp.

Heller, A. (1993). *Uma Teoria Da História*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira.

Hobsbawm, E. (1998). *Sobre História*. São Paulo, Companhia Das Letras.

Iglesias, E. M. (2016). La Diplomacia Romana Durante La Monarquía (753 Ac-509 Ac). *Káñina*, V. 40, N. 1, P. 183-194.

Liberati, A. M.; Bourbon, F. (2005). *A Roma Antiga*. Barcelona, Folio.

Marques, A. J.; Senra, A. V. D.; Vaicberg, L. (2017). Breve Discussão Sobre A Fenomenologia Em Kant E Husserl. *Gnarus*. Rio De Janeiro.

Rüsen, J. (2001). *Teoria Da História: Razão Histórica: Os Fundamentos Da Ciência Histórica/ Trad. Estevão De Rezende Martins*. Ed. Unb, 2001.

Rüsen, J. (2010). O Desenvolvimento Da Competência Narrativa Na Aprendizagem Histórica: Uma Hipótese Ontogenética Relativa À Consciência Moral. In: *Jörn Rüsen E O Ensino De História*. Curitiba: Ufpr, 51-77.

Sant'anna, H. M. (2015). *História Da República Romana*. 1 Ed. Petrópolis: Editora Vozes.

Schmidt, M. A. M. Dos S.; Garcia, T. B. (2005). A Formação Da Consciência Histórica De Alunos E Professores E O Cotidiano Em Aulas De História. *Cadernos Do Cedes* (Unicamp), Campinas-Sp, V. 25, N.67, P. 297-308.

Scopacasa, R. (2015). Repensando A Romanização: A Expansão Romana Na Itália A Partir Das Fontes Historiográficas. *Revista De História*, N. 172, P. 113-161.

Souza, R. J.; Pires, J. R. F. (2010). Os Desafios Do Ensino De História No Brasil. *Revista Do Sed E Sec Professores Em Formação*. Divinópolis.

Suarez, R. (2005). *Eric, The Encyclopedia Of Roman Imperial Coins*. 1 Ed. Dirty Old Books.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Lincoln Mansur Coelho – 50%

Adílio Jorge Marques – 50%